



**CONGRESSO DOS  
ARQUITECTOS**

VISEU, 14-16 JUL 2016

**Reabilitar  
Cidade com  
Arquitectura**

# **Declaração de Viseu 2016**

**Intervir no  
património  
moderno e  
contemporâneo**

**A Ordem dos Arquitectos tem um papel fundamental no enquadramento das práticas de intervenção no património arquitectónico e urbano dos séculos XX e XXI.**

**Na observância de princípios de interesse público relacionados com a valorização do ambiente e a salvaguarda destes bens culturais, as práticas de reabilitação e conservação devem garantir princípios básicos de ordem ambiental, democrática, de justiça social e de partilha coletiva, consagrando o arquitecto como um agente central no processo de transformação do espaço construído, do ordenamento do território, do urbanismo e paisagem, da qualidade de vida e do direito de todos à arquitectura.**

# Questões de interesse público

Há um conjunto de transformações do património que merecem uma atenção especial, nomeadamente:

→ A aceleração dos fenómenos de segregação social e de perda do direito à cidade;

→ As estratégias de reabilitação urbana, tais como as desenvolvidas pelas SRU no quadro da excepcionalidade do actual regime jurídico, excluem processos legítimos de participação colectiva;

→ A dispersão e incoerência entre as políticas e as acções de reabilitação urbana;

→ O consumismo patrimonial excessivo, conduzindo à descaracterização, esgotamento de recursos e negação da memória para o futuro;

→ O desconhecimento do valor da arquitectura dos séculos XX e XXI em Portugal;

O desaparecimento ou adulteração do património arquitectónico e urbano do século XX.

Relativamente ao exercício da profissão, há um conjunto de questões que merecem também uma atenção especial, designadamente:

→ O desajuste da actual legislação à reabilitação por incoerência regulamentar e pela imposição de padrões e níveis de desempenho exigidos para a construção nova;

→ As imposições normativas sectorizadas que se sobrepõem à qualidade geral do projecto;

→ A escassez de arquitectos na gestão dos processos referentes ao património cultural nos órgãos centrais e locais e a sua desvalorização técnico-profissional.

# Linhas estratégicas de actuação da Ordem dos Arquitectos

→ Participar na criação das bases de uma Estratégia Nacional de Reabilitação Urbana Integrada e edição do respectivo Livro Branco.

→ Promover compromissos em rede, reforçando os existentes e criando outros, entre OA, DGPC, DGT, instituições de ensino e de investigação, DoCoMoMo, ICOMOS e outros organismos públicos ou privados, com o objectivo de incentivar a investigação, o conhecimento e divulgação do património arquitectónico dos séculos XX e XXI. A OA reconhece as variadas recomendações sobre esta matéria e tê-las-á em conta, com a devida proporcionalidade, nomeadamente as elaboradas pelo Conselho dos Arquitectos da Europa, DoCoMoMo e ICOMOS.

→ Exigir uma regulamentação unificada, num Código da Construção Integrado, que preveja padrões de aproximação aceitáveis aos requisitos contemporâneos sem impor o cumprimento de padrões estabelecidos para o projecto de edificações ex novo.

→ Pugnar por actuações exemplares de conservação, restauro e reabilitação das obras de referência da nossa arquitectura do século XX e XXI.

→ Defender a ampliação dos processos de reconhecimento e de classificação do património e estabelecer a sua vinculação estrita à concretização de planos de gestão dos bens classificados ou em vias de classificação, como previsto na lei.

→ Defender uma revisão do estabelecimento meramente administrativo dos conjuntos classificados e das zonas de protecção (ZP) e zonas especiais de protecção (ZEP) por abordagens que definam planos estratégicos de actuação nessas áreas, sobretudo no caso do património arquitectónico moderno e contemporâneo.

→ Lançar a discussão sobre um código ético para a intervenção em obras de autor.

→ Propor a reflexão sobre a salvaguarda do património arquitectónico partilhado ao universo mais alargado dos países do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP) e dos 27 países signatários do World Heritage Portuguese Origin (WHPO).

Ordem dos Arquitectos,  
Colégio do Património (CPA)  
9 de Julho de 2016

Este documento foi redigido no *workshop* “Intervir no património moderno e contemporâneo”, realizado entre 7 e 9 de Julho de 2016 na sede nacional da Ordem dos Arquitectos, constituído por: Gonçalo Byrne, Adelino Gonçalves (FCT\_UC), Alice Tavares (UAveiro, por indicação do CDRNorte), Ana Tostões (IST\_UL/DoCoMoMo Internacional), Carlos Bessa (DGPC), Elisiário Miranda (UMinho), Fernando Sanchez Salvador (CPA), José Aguiar (ICOMOS Portugal), Pedro Mendes (IUL\_ISCTE), Rui Alexandre (CDRSul), Sofia Salema (UÉvora), Pedro Ravara (CDN), Diana Roth (CPA), José Barra (CDN e CPA) e Paulo Seródio Lopes (CDN). O presidente da Ordem, João Santa-Rita, participou nos trabalhos de abertura e encerramento.

## Organização



MUNICÍPIO DE  
VISEU

Patrocinadores  
DNA 2016

VMZINC



ageas  
seguros

Gypotec  
IBÉRICA



GUARDIAN  
Floor - Laminate - Walling Products

J. Pinto Leirão  
WOOD TECH  
viroc valchromat

ageas  
seguros